

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº 10768/008.157/92-66

SESSAO DE 22 DE SETEMBRO DE 1995 ACORDAO Nº 101-88.864

RECURSO Nº: 02.447 - I.R.F. - ANOS de 1989 E 1990

RECORRENTES: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E
SAB TRADING COMERCIAL EXPORTADORA S/A

RECORRIDA: D.R.F. NO RIO DE JANEIRO (RJ)

RECURSO EX OFFICIO - Tendo o julgador a quo, na decisão do presente litígio, se atido às provas dos autos e dado correta interpretação aos dispositivos aplicáveis às questões submetidas à sua apreciação, nega-se provimento ao recurso de ofício.

PROCEDIMENTO DECORRENTE - IRF - LUCROS DISTRIBUIDOS - O artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83 foi revogado pelos artigos 35 e 36 da Lei nº 7.713/88, razão porque improcedem as exigências formalizadas a título de lucros distribuídos, a partir do ano de 1989, com fundamento no dispositivo revogado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recursos interpostos pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E SAB TRADING COMERCIAL EXPORTADORA S/A

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos: a) NEGAR provimento ao recurso de ofício; b) DAR provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala de Sessões, DF, em 22 de setembro de 1995


EDISON PEREIRA RODRIGUES

- PRESIDENTE

MARIAM SEIF

- RELATORA

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº 10768/008.157/92-66

ACORDAO Nº 101-88.864


LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES

— PROCURADOR DA
FAZENDA NACIONAL

VISTO EM
SESSAO DE:

20 OUT 1995

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Consee-
lheiros: Francisco de Assis Miranda, Jezer de Oliveira Cândido,
Sebastião Rodrigues Cabral, Raul Pimentel, Kazuki Shiobara e
Celso Alves Feitosa.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO Nº 10768/008.157/92-66

RECURSO Nº: 02.447 - I.R.F. - ANOS DE 1989 E 1990

ACORDÃO Nº: 101-88.864

RECORRENTE: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E
SAB TRADING COMERCIAL EXPORTADORA S/A

RECORRIDA: D.R.F. NO RIO DE JANEIRO (RJ)

R E L A T Ó R I O

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E SAB TRADING COMERCIAL EXPORTADORA S/A recorrem a este Conselho da decisão de primeiro grau, que julgou procedente, em parte, a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 02.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a mesma contribuinte na área do Imposto de Renda-Pessoa Jurídica, protocolizado na repartição local sob o nº 10768/008.135/92-31, onde foram discutidas diversas irregularidades à legislação daquele tributo.

Nestes autos cogita-se da cobrança do Imposto de Renda na Fonte incidente sobre receitas omitidas apuradas na área do IRPJ, consoante estabelecido no artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83.

Mantida parcialmente a tributação no processo matriz em primeira instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 35/37. Deste ato a autoridade julgadora singular recorreu de ofício relativamente à parcela do crédito tributário exonerada.

A contribuinte foi cientificada da decisão em 04/05/94 e, ainda inconformada, ingressou em 31/05/95 com o recurso voluntário de fls. 40/48.

Como razões do recurso, a contribuinte, além de se reportar aos fundamentos apresentados no processo principal, contesta a legalidade da tributação de lucros distribuídos com fundamento no art. 8º do DL 2.065/83 a partir do ano de 1989.

E o relatório.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Ng 10768/008.157/92-66

Acórdão ng 101-88.864

V O T O

Conselheira MARTAM SEIF, Relatora

O recurso foi interposto no prazo legal e com observância dos demais pressupostos processuais, razão porque dele tomo conhecimento.

No mérito, trata-se de processo decorrente, tendo este Colegiado, apreciando o processo principal (ng 10880/055.055/92-34), resolvido manter a decisão de primeiro grau, uma vez que a contribuinte insistiu em contestar apenas as parcelas que já haviam sido excluídas da tributação pela autoridade de primeira instância.

Do relato se infere que a presente exigência decorre de outro lançamento levado a efeito contra a mesma pessoa jurídica, onde foram apuradas irregularidades que acarretaram pagamento a menor do Imposto de Renda-Pessoa Jurídica no exercícios de 1990 e 1991, anos-base de 1989 e 1990.

Esta Câmara, ao julgar o Recurso ng 108.855, apresentado no processo principal, do qual este é mera decorrência, resolveu manter a decisão de primeiro grau, uma vez que a contribuinte insistiu em contestar apenas as parcelas que já haviam sido excluídas da tributação pela autoridade de primeira instância, como faz certo o Acórdão ng 101-88. , de 03/07/95.

Em condições normais, tal decisão se aplicaria, por inteiro na solução dos processos intitulados decorrentes, que é a espécie do processo sob exame, uma vez que ambas as exigências, quer a formalizada no processo principal, quer as dele originadas (lançamentos decorrentes) repousam sobre o mesmo suporte fático. No presente caso, contudo, o consagrado princípio da decorrência não se aplica, pois tratando-se de exigência relativa aos anos-base de 1990, discute-se, além do suporte fático, a revogabilidade do artigo 8º do Decreto-lei ng 2.065/83, fundamentador da exigência.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº 10768/008.157/92-66

ACORDAO Nº 101-88.864

A partir da edição da Lei nº 7.713/88 foram suscitadas diversas discussões e debates em torno do tema, por ocasião do exame de processos formalizadores de lançamento de officio desse tributo, transitados neste Colegiado.

As posições dos Conselheiros-Membros deste Tribunal Administrativo dividiram-se em duas correntes: a) uma corrente defendia a coexistência dos dois diplomas legais, quais sejam, artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83 e artigo 35 da Lei nº 7.713/88; b) outra corrente defendia a revogação da primeira lei pela lei posterior.

Os adeptos à corrente que defendia a coexistência dos dois tratamentos fiscais apoiavam-se no fundamento de que tratavam-se de situações distintas, ou seja, enquanto o artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83 cuidava de valores omitidos e de outros procedimentos tendentes a reduzir o lucro líquido do exercício, o artigo 35 da Lei nº 7.713/88 reportava-se aos lucros regularmente apurados pela pessoa jurídica, portanto, seria razoável que fossem tributados mediante aplicação de diferentes alíquotas (25% e 8%).

Já os adeptos à corrente que defendia a revogação do artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83, sustentavam sua posição com os seguintes fundamentos:

"a) o Decreto-lei nº 2.065/83 procurou dar um tratamento uniforme para rendimentos de participações societárias que, por motivos diversos (omissão de receitas, despesas inexistentes, etc.), as pessoas jurídicas omitiam do seu lucro líquido e que, ao serem detectadas pelo fisco, eram imputados a seus sócios e acionistas de forma proporcional, o que, muitas vezes, levava à sérias distorções, pois o sócio que gerenciava (e que, provavelmente, se locupletava da receita omitida) detinha participação infima (ou até não detinha participação) no capital da empresa;

b) referido Decreto-lei estabeleceu uma alíquota coerente com o tratamento dispensado aos rendimentos de participações societárias à época de sua edição (artigo 544 do RIR/80);

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO Nº 10768/008.157/92-68

ACORDÃO Nº 101-88.864

c) o artigo 35 da Lei nº 7.713/88 veio a estabelecer uma nova alíquota (8%) para rendimento desta espécie, inclusive com modificação do aspecto temporal do fato gerador (formação do lucro);

d) tanto o Decreto-lei nº 2.065/83, quanto a Lei nº 7.713/88 e, ainda a Lei nº 7.689/88 que trata da base de cálculo da Contribuição Social apresentam um aspecto comum: referência à legislação comercial (veja-se: lucro líquido do exercício, resultado do exercício, legislação comercial);

e) dada a uniformidade que historicamente se procura manter para a mesma espécie de rendimento (lucro e dividendos), a interpretação mais racional é a que, com o advento da Lei nº 7.713/88, a alíquota aplicável é a de 8% (oito por cento);

f) a boa técnica legislativa não acolhe a diferenciação de alíquotas para a mesma espécie de rendimentos;

g) a diferenciação entre um rendimento tributado espontaneamente pelo contribuinte e aquele apurado pelo fisco não pode estar na alíquota aplicável, mas na penalidade cominada."

Não obstante os jurídicos fundamentos defendidos pelos adeptos à revogação do artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83, eu me filiava à corrente que defendia a coexistência dos dois dispositivos legais; até que, com a edição da Lei nº 8.541, de 31.12.92, o questionado artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83 foi reeditado, basicamente, em sua íntegra, como se constata da norma contida no artigo 44 e seus parágrafos 1º e 2º da nova lei, in verbis:

"Art. 44. A receita omitida ou a diferença verificada na determinação dos resultados das pessoas jurídicas por qualquer procedimento que implique redução indevida do lucro líquido será considerada automaticamente recebida pelos sócios, acionistas ou titular de empresa individual e tributada exclusivamente na fonte à alíquota de 25%, sem prejuízo da incidência do imposto sobre a renda da pessoa jurídica."



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº 10768/008.157/92-66

ACORDÃO Nº 101-88.864

Par. 1º - O fato gerador do imposto de renda na fonte considera-se ocorrido no mês da omissão ou da redução indevida.

Par. 2º - O disposto neste artigo não se aplica a deduções indevidas que, por sua natureza, não autorizem a presunção de transferência de recursos do patrimônio da pessoa jurídica para a dos seus sócios".

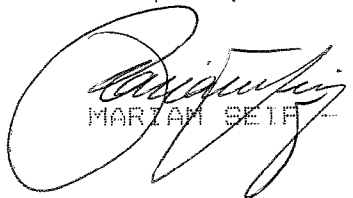
A reedição da norma legal dirimiu todas as dúvidas até então existentes em torno da revogação ou não do questionado artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83: não houvesse sido ele revogado pela Lei nº 7.713/88, não haveria nenhum motivo para uma lei posterior voltar a tratar de matéria contida em lei de vigência plena e indiscutível.

Sendo assim, mister se faz concluir que, de fato, a Lei nº 7.713/88 revogou o artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83, e com o artigo 44 da Lei nº 8.541/92 a tributação de que cuidava o dispositivo revogado foi restabelecida.

Entretanto, como as leis que instituem ou majorem tributos, ou ainda, que definam novos casos de incidência tributária, só entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, segundo o princípio da irretroatividade consagrado pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional, impõe-se a conclusão de que a tributação prevista no artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83 vigorou até a edição da Lei nº 7.713/88, aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º/01/89 até o ano-base de 1992, inclusive, a norma contida no artigo 35 dessa Lei, e a partir de 1º/01/93, a tributação estabelecida no artigo 44 e parágrafos da Lei nº 8.541/92.

Por todo o exposto, dou provimento ao recurso.

Brasília, DF, 22 de setembro de 1995


MARIZETE - RELATORA